

## Relator aprova fim da Comissão de Orçamento

Emendas à proposta do orçamento impositivo devem ser analisadas amanhã pela Comissão de Justiça do Senado

O Congresso brasileiro pode adotar o modelo norte-americano de exame do Orçamento, em que o Senado e a Câmara deliberam separadamente a respeito do tema. Com isso, deve ser extinta a Comissão Mista de Orçamento, conforme emenda do senador Aloizio Mercadante acolhida pelo relator da proposta do orçamento impositivo, César Borges. A Comissão de Justiça analisa amanhã as emendas de Plenário à proposta de emenda constitucional, que foi apresentada em 2000 pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, ela retorna ao Plenário, para dois turnos de votação.

Página 5

## Senadores cobram liberação de recursos para combate à seca

Em fato inédito na história política do estado, os três senadores de Alagoas – Renan Calheiros (PMDB), Heloísa Helena (PSOL) e Teotonio Vilela Filho (PSDB) – visitam juntos as regiões castigadas pela estiagem e exigem ajuda federal.

Página 6



Célio Azevedo

**HISTÓRIA** Tancredo Neves (de braço estendido) e Ulysses Guimarães (D) foram personagens marcantes do processo de redemocratização do país

## Sessão especial festeja 20 anos da redemocratização

O Senado realiza hoje, a partir das 15h, sessão especial para celebrar os 20 anos da redemocratização do Brasil. Dos dez senadores inscritos para discursar, seis participaram daquele momento histórico, entre eles, José Sarney, que assumiu a Presidência da

República no lugar de Tancredo Neves, hospitalizado na véspera da posse.

Amanhã, um acordo entre oposição e governo deverá permitir a votação da MP que cria o Programa Nacional de Microcrédito Orientado, destrancando a pauta do Plenário.

Página 3



Gerardo Magela

**DRAMA** Em Olivença, Alagoas, os três senadores do estado observam pequeno açude completamente seco

## Estatuto da Igualdade Racial deve ser votado em comissão

Página 7

fotos: Roosevelt Pinheiro



**UNIÃO** Eduardo defende emenda ao Orçamento, proposta pela bancada do estado, para compra de máquinas

## Eduardo apóia consórcio de municípios no TO

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu ontem a aprovação da emenda de bancada do Tocantins ao Orçamento da União, que prevê a liberação de R\$ 9 milhões para um consórcio firmado entre 12 municípios do sul do estado visando à aquisição de equipamentos para construção de barragens e manutenção de estradas.

O parlamentar lembrou a dificuldade que os municípios têm encontrado pela falta de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e estimulou a união entre os prefeitos para amenizar a crise.

– Consórcio entre municípios é uma experiência bem-sucedida em outros estados. Um equipamento caro pode ser adquirido pelo consórcio e utilizado por todos os municípios associados – explicou.

O consórcio foi criado pela Associação dos Municípios do Sul do Tocantins, cujo presidente é o prefeito de Alvorada, José George Warched Neto (PMDB). Também fazem parte os municípios de Figueiropolis, Formoso do Araguaia, Jaú, Cariri, Sandolândia, Talismã, Araguaçu, Sucupira, Peixe, Dueré e Lagoa da Confusão.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.  
*Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações*

# Agenda

## Sessão solene relembra 20 anos da redemocratização

O Senado Federal promove hoje sessão especial, às 15h, para comemorar os 20 anos da redemocratização do Brasil. A eleição de Tancredo Neves para a Pre-



sidência da República por um Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, marcou o fim do regime militar e o retorno do país à democracia.

## Renan discute tramitação de medidas provisórias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se às 10h com os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP), e com o

deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), para discutir a tramitação das medidas provisórias. Às 17h30, participa da posse do presidente e do vice-presidente do Tribunal

Superior Eleitoral (TSE). Às 18h30, comparece à missa em homenagem à redemocratização e, às 20h, a coquetel que também celebra a retomada da democracia.

## CAE ouve presidente da Petrobras

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, em reunião marcada para as 10h. Dutra vai comentar a situação econômico-financeira da empresa, além de falar sobre as recentes parcerias firmadas e as perspectivas de exploração e produção dos novos poços de petróleo. Na segunda parte do encontro, os parlamentares devem analisar projeto que trata do alongamento das dívidas de crédito rural (PLS 517/03), entre outros itens.



## Audiência sobre defesa do consumidor na CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promove audiência pública, às 11h30, para discutir questões relativas aos direitos dos consumidores. Foram convidados o

diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita, e o coordenador executivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Sezifredo Paz.



## Educação analisa Estatuto da Igualdade Racial

O primeiro item a ser analisado pela Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h, é o projeto que cria o Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03). O colegiado examina ainda 59 projetos de decreto legislativo que tratam da outorga ou renovação da concessão para serviços de radiodifusão.

## Indicações para o Dnit

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje, às 11h. Na pauta, duas mensagens do Executivo com as indicações de Martinho Cândido Velloso dos Santos e de Luziel Reginaldo de Souza para a diretoria do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

## Comissão Dorothy Stang

A comissão especial que acompanha as investigações do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, no Pará, reúne-se às 14h30. Os parlamentares promovem reunião administrativa e ouvem o depoimento do técnico agrícola Geraldo Magela de Almeida Filho.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**OUSADIA** Capital foi construída sobre areais e hoje é conhecida como a cidade florida, lembra Valadares

## Valadares celebra os 150 anos de Aracaju

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou as comemorações dos 150 anos de Aracaju, capital do seu estado, Sergipe, na quinta-feira. O senador homenageou o então presidente da província, Inácio Barbosa, “um estadista”, que governou por apenas dois anos (de 1853 a 1855), e era um jovem de pouco mais de 30 anos quando resolveu construir a nova capital.

– Foi uma ousadia, porque Aracaju foi construída sobre areais e manguezais, e hoje é chamada de a cidade florida – ressaltou Antônio Carlos Valadares.



**RELEVÂNCIA** “É um episódio pouco conhecido, mas decisivo para a integração do país”, diz Alberto Silva

## Alberto Silva lembra a Batalha de Jenipapo

“Dom João VI queria que o Maranhão e o Piauí se separassem do Brasil e isso só não ocorreu, entre outras coisas, graças aos heróis da Batalha de Jenipapo. É um episódio pouco conhecido, mas decisivo para a integração nacional.” Assim, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) lembrou da tribuna os 182 anos da Batalha de Jenipapo, transcorridos nesse domingo. Ele pediu em requerimento que os Correios emitam selo de comemoração da data.

Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), “lá iria nascer o país Maranhão, não fossem os heróis da Batalha de Jenipapo”.

## Paulo Octávio recorda 20 anos de criação do PFL

Os 20 anos de existência do Partido da Frente Liberal (PFL), cuja criação coincide com o início do processo de redemocratização do país, foram destacados pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF). Ele recordou os primórdios da legenda, observando que ela surgiu de uma facção dissidente do PDS (Partido Democrático Social). Sua criação viabilizou, em 1985, a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney para a Presidência da República.

– Nasceu dos ideais de liberdade, de democracia, de profundo respeito aos direitos civis; despontou com vocação libertária e nessa direção vem caminhando ao longo de duas décadas – avaliou.

De acordo com Paulo Octávio, a dissidência de integrantes do PDS – aliado do governo militar – foi decisiva para a eleição de Tancredo e Sarney. Paulo Octávio lembrou que a oposição não tinha votos suficientes para garantir a vitória dos candidatos no Colégio Eleitoral. Assim, “a migração de alguns integrantes do PDS para o outro lado do Plenário mudou a história do país, dando curso à mais profunda modificação política brasileira”.

O pefelista também saudou a decisão do presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen, de comemorar esses 20 anos com um grande debate sobre os novos rumos do partido. Na sua opinião, as legendas partidárias têm o dever de “sensibilizar-se com a realidade mutante que se impõe, sob pena de perder-se nos remansos do passado”.



**LIBERDADE** Paulo Octávio afirma que partido nasceu do respeito aos direitos civis



**COMEMORAÇÃO** Sessão do Congresso que elegeu Tancredo Neves (entre Ulysses e dona Risoleta) será lembrada hoje

## Sessão especial celebra 20 anos da redemocratização

■ Estão previstos discursos de Renan, Sarney, Antonio Carlos, Simon, Bornhausen e Marco Maciel

Dez senadores estão inscritos para discursar hoje, a partir das 15h, na sessão especial que se realiza para celebrar os 20 anos da redemocratização do Brasil. Falarão seis senadores que participaram daquele momento histórico, entre eles José Sarney, que assumiu o poder no lugar de Tancredo Neves, hospitalizado na véspera da posse com dores abdominais, o que o impediu de receber a faixa presidencial.

Autor do requerimento para a celebração dessa data, o presidente do Senado, Renan Calheiros, deverá ser o penúltimo orador a falar. O último será José Sarney, que falará sobre os momentos tensos vividos há 20 anos, quando Ulysses Guimarães, então presidente da Câmara, entendeu que o vice-presidente deveria tomar posse no lugar de Tancredo Neves, para não tornar ilegítima a eleição realizada pelo Colégio Eleitoral.

Estão designados para falar nesta sessão quatro ministros que participaram daquele governo: Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Marco Maciel (PFL-

PE) e Jorge Bornhausen (PFL-SC). Deverão falar também Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN), Delcídio Amaral (PT-MS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Na reunião do Plenário de amanhã, um acordo entre a oposição e o governo deverá permitir a votação do projeto de conversão da Medida Provisória 226/04, que cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, dando amparo técnico-legal à ampliação do acesso ao crédito pelos microempreendedores. O mesmo texto permite que bancos autorizados forneçam empréstimos sem as garantias exigidas pelo Banco Central. Os microempresários poderão apresentar apenas os avalistas.

A votação dessa MP desobstruirá a pauta, permitindo a deliberação sobre 22 itens, entre eles cinco projetos de lei e oito propostas de emendas à Constituição. A MP 227/04, que acaba de ser votada na Câmara, chega ao Senado nos próximos dias, precisando também ser votada para liberar a pauta. Essa MP disciplina a produção e importação de biodiesel, determina as alíquotas de PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes nas vendas realizadas e dispõe sobre a adição do biodiesel ao óleo diesel em veículos e moto-

res de unidades estacionárias, a fim de reduzir a emissão de gases geradores do efeito estufa.

Desobstruindo a pauta, os senadores poderão discutir, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 57/03, que cria o Plano Nacional de Cultura, iniciativa do deputado Gilmar Machado e que tem como relator o senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Poderão também discutir, em primeiro turno, a PEC 40/03, da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que obriga o Estado a garantir educação gratuita e compulsória nas creches e pré-escolas que atendem crianças até os seis anos. O relator é o senador Tião Viana (PT-AC).

Outra possibilidade é realizar a última discussão, em primeiro turno, da PEC 43/00, que define como bens da União os lagos, rios e correntes de águas que banhem mais de um estado, sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, bem como terrenos marginais e praias fluviais.

Também aguarda discussão em primeiro turno a PEC 31/00, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que amplia o direito da licença-maternidade a todas as mulheres trabalhadoras que adotarem crianças. Hoje, só as servidoras públicas têm esse direito. A relatora é a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

## Garibaldi critica excesso de medidas provisórias

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) voltou a criticar o uso excessivo de medidas provisórias pelo presidente da República. Para que o processo legislativo não continue a ser “constantemente sobrestado” pelo excesso de MPs, ele defendeu o aperfeiçoamento do artigo 62 da Constituição, que seria o instrumento apropriado para solucionar definitivamente o problema.

– O atual artigo 62 da Constituição não se tem revelado adequado, porque a limitação ainda frouxa do poder do presidente da República não tem contido o Poder Executivo, que freqüentemente transborda das exigências constitucionais de urgência e relevância, de resto critério subjetivo de difícil precisão – disse ele.

Entre as propostas apontadas pelo senador, destaca-se a limitação do número de medidas provisórias que o presidente da República pode editar em um determinado período, ou o estabelecimento de quantas medidas podem estar tramitando no Congresso, ficando o chefe do Executivo impedido de editar outras medidas se atingido aquele número.

No entanto, disse ele, a conjugação de critérios seria o ideal, restringindo-se pela via positiva as matérias passíveis de disciplina por medida provisória e, também, limitando-se o número delas que podem estar tramitando no Congresso.

Ele sugeriu também que uma comissão mista permanente apresente parecer com poder terminativo (só vai ao Plenário se houver solicitação neste sentido) sobre o cumprimento dos requisitos constitucionais. A votação se daria em sessão conjunta do Congresso.



**SUGESTÕES** Garibaldi diz que conjugação de critérios seria ideal para limitar envio de MPs



**FALHA** Na disputa pelos ministérios, o presidente Lula se colocou na reserva, afirma Antonio Carlos

## ACM: reforma ministerial não melhora atuação do governo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse estar convencido de que a reforma ministerial em nada vai melhorar a atuação do governo. Ele afirmou acreditar que, ao contrário, talvez até piore. Para Antonio Carlos, o presidente da República não será peça-chave na escolha dos novos ministros. O senador comparou a disputa pelos ministérios a uma partida de futebol, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se colocou "na reserva".

– Serão os melhores jogadores os que vão participar do ministério, ou serão os que estão na reserva, como o presidente, que irão entrar em campo? – questionou ACM.

Antonio Carlos anunciou que comprará 11 camisas de futebol e as entregará ao líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), para evitar a propaganda feita pelo presidente Lula para a Pepsi-Cola, em jogo de futebol disputado na residência presidencial no último fim de semana.

## Lúcia Vânia debate lei para gasto social

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) participou, na semana passada, do Encontro Nacional de Integração, Articulação e Capacitação de Gestores Municipais da Assistência Social, realizado no Rio de Janeiro. Ela foi convidada pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas) para debater proposta de emenda à Constituição (PEC 29/03), de sua autoria, que prevê uma lei de responsabilidade social.

“Esse projeto de lei segue caminho similar ao da Lei de Responsabilidade Fiscal. Persegue a maior probidade no gasto social e o necessário compromisso com a efetividade da ação pública”, disse a senadora.

# Denúncia de doação das Farc ao PT gera polêmica

Reportagem veiculada na última edição da revista *Veja*, sobre suposta doação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) ao Partido dos Trabalhadores, motivou debate em Plenário. De acordo com a revista, as doações chegariam a US\$ 5 milhões e teriam sido utilizadas no financiamento da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os sena-

dores Alvaro Dias, Demostenes Torres e Jorge Bornhausen pedem a apuração das denúncias. Em defesa do governo, o líder Mercadante diz que as informações citadas não foram produzidas pela Abin. Segundo ele, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Félix, poderá falar aos senadores para esclarecer o assunto.

### Alvaro Dias



"Resposta do PT é pouco para quem está no governo"

Com base na reportagem veiculada pela revista *Veja*, sobre suposta doação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), no valor de US\$ 5 milhões, ao PT, para serem utilizados no financiamento da campanha eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que os fatos implicam "indícios fortíssimos de que houve essa contribuição à campanha".

– De um lado, está a ilegalidade da não-prestação de contas de recursos utilizados na campanha eleitoral, indicando a existência de caixa dois na campanha que elegeu Lula presidente. De outro, está a pior origem possível desses recursos: as Farc. São recursos que vêm do narcotráfico, dos seqüestros e do roubo de gado. Essa seria a espúria origem do dinheiro que teria sido repassado ao PT pelas Farc na campanha de 2002 – afirmou.

Alvaro contabilizou os ganhos que as Farc obtiveram em 2003 com atividades criminosas. Segundo ele, a organização faturou US\$ 37 milhões com seqüestros; US\$ 31 milhões com gado roubado; e com a cocaína o faturamento chegou a US\$ 800 milhões. Para o senador, a resposta do PT "é muito pouco para quem está no governo".

### Demostenes



"Precisamos saber se as denúncias são verdadeiras"

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) anunciou ontem ter enviado à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional dois requerimentos solicitando investigações sobre as denúncias de ligação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Um dos requerimentos pede que sejam ouvidos pela comissão o ministro-chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Informação (Abin), delegado Mauro Marcelo de Lima e Silva. A outra solicitação quer o comparecimento do padre Olivério Medina, tido como "diplomata *ad hoc*" das Farc no Brasil.

Demostenes afirmou que já vinha tentando obter informações a respeito das denúncias, depois de receber a documentação agora referida na *Veja*. O parlamentar mencionou o envio de pedido de informações sobre o caso ao general Félix, sem ter resposta satisfatória.

– Precisamos saber se as denúncias publicadas pela revista *Veja* são verdadeiras ou não – disse Demostenes, referindo-se a suposto financiamento de campanhas eleitorais petistas com recursos das Farc.

### Mercadante



"Documentos citados pela revista não são da Abin"

Os documentos citados pela revista *Veja* sobre suposto auxílio financeiro das Farc não foram produzidos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), afirmou ontem o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O líder do governo disse que o esclarecimento foi feito pelo próprio ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, responsável pelas atividades da Abin.

O general teria se certificado da informação junto com ocupante do cargo no governo passado, general Alberto Cardoso. De acordo com Mercadante, Félix pediu para comparecer à Comissão Mista de Controle Externo das Atividades de Inteligência, a fim de tratar do assunto. O presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PT-DF), deve fazer o convite nos próximos dias, adiantou Mercadante.

– Mais do que ninguém, temos interesse que se chegue à origem da informação. É muito grave o que foi feito – frisou.

Aloizio Mercadante apontou imprecisões na reportagem de *Veja*. A própria revista, salientou, reconhece que não há comprovação de que recursos oriundos da guerrilha colombiana tenham chegado a campanhas petistas.



**CRÍTICA** Para Bornhausen, o ministro que pedir vistas poderá ser chamado de engavetador

## STF julga em abril mandado sobre CPI, diz Bornhausen

No próximo dia 7 de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá decidir sobre o mandado de segurança interposto por PSDB, PFL e PDT a favor da instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI), no Senado Federal, para analisar as denúncias do chamado caso Waldomiro Diniz e a atuação dos bingos no Brasil. A informação é do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), para quem os ministros do STF já estão suficientemente esclarecidos sobre o assunto.

– Espero que nenhum ministro venha a pedir vistas do processo, especialmente aqueles indicados pelo governo, para que não sejam acusados de engavetadores – observou.

A CPI em questão foi requerida pela minoria no início do ano passado, mas as lideranças das maiores bancadas não indicaram os integrantes para a comissão.

Em seu pronunciamento, Bornhausen também demonstrou estar preocupado com as denúncias publicadas pela revista *Veja*, de supostas relações entre o grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e políticos brasileiros. Ele releu parte de discurso que pronunciou em 2003, quando defendeu a posição do PFL de classificar os guerrilheiros colombianos como "terroristas".

Para o senador, se as denúncias em relação às Farc "não forem esclarecidas, então talvez seja necessário pensar na instalação de uma CPI".

Bornhausen criticou ainda o governo federal por não ter se motivado diante das dificuldades enfrentadas pelos agricultores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que perderam as safras em virtude da seca que assola a região.



**DESVIO** Segundo Crivella, governo não investe no setor porque tem que pagar dívida pública

## Crivella vê descaso do poder público com a saúde

Marcelo Crivella (PL-RJ) criticou "a preocupação excessiva" do governo federal e da prefeitura do Rio de Janeiro com a dívida pública e com juros, e "o absoluto descaso com saúde, educação e programas sociais". Ele começou o pronunciamento citando o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, que defende a manutenção de uma dívida equivalente a 40% do produto interno bruto (PIB).

– Para o doutor Levy, que trabalhou oito anos no FMI, os objetivos da nação, a saúde, a educação, os programas sociais e os investimentos não são importantes. Importante, para ele, é apenas a relação dívida/PIB.

Segundo Crivella, o secretário

rio considera os juros pagos pela União aos credores, que consomem boa parte do Orçamento Geral da União, uma coisa irrelevante, "apenas o preço que os investidores exigem para financiar o Estado".

– Temos taxas de juros pornográficas, indecentes, imorais, escandalosas, as maiores do mundo – protestou.

Marcello Crivella qualificou de absurdo o fato de a prefeitura do Rio de Janeiro manter aplicado no *overnight* 30% do dinheiro da saúde, enquanto há gente morrendo nas filas dos hospitais.

– O governo municipal retira dinheiro da saúde para aplicar e ganhar com os juros; o governo federal retira dinheiro da saúde para pagar a dívida pública. A que ponto chegamos.

De acordo com o senador, a principal despesa do Orçamento é com o pagamento de aposentadorias e pensões pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS). "Em seguida, são as estradas? A agricultura? A saúde? Não. É o pagamento dos juros da dívida pública. Cresce a dívida e o que acontece com a saúde? Vai para o caos", afirmou.

Crivella criticou a briga entre o governo federal e a prefeitura do Rio de Janeiro para saber de quem é a culpa pela situação da saúde no município. Disse que a União não investe na área porque tem que pagar juros da dívida pública.

# Nova regra pode extinguir a Comissão de Orçamento

■ Segundo relator, CMO se tornou um "órgão totalmente desacreditado" para examinar proposta

A implantação do orçamento impositivo poderá ser acompanhada da extinção da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A medida está prevista no parecer do senador César Borges (PFL-BA) sobre as quatro emendas de Plenário à proposta de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que torna obrigatória a realização de despesas incluídas na Lei Orçamentária da União.

O fim da comissão foi sugerido pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), autor das quatro emendas para mudança no texto. A seu ver, se a intenção da proposta é fortalecer a autonomia do Congresso Nacional em questões orçamentárias, seria mais indicada a adoção do modelo norte-americano, em que o Senado e a Câmara deliberam separadamente a respeito do assunto.

Em seu parecer, já entregue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), César



fotos: Rosevelt Fmheiro

**ABRANGÊNCIA** César Borges aceita emenda que prevê orçamento impositivo para estados e municípios

Borges afirma que existe um "clamor quase generalizado" pela extinção da CMO, que, na sua opinião, se transformou em um "órgão totalmente desacreditado para a condução do processo de apreciação, especialmente das leis orçamentárias anuais".

### Votação

A PEC 22/00 chegou a ser incluída na ordem do dia, no fim de fevereiro, mas retornou à CCJ após a apresentação das emendas em Plenário. A matéria está na pauta da comissão, que se reúne amanhã, às 10h, e tem como presidente Antonio Carlos Magalhães. Depois que o colegiado emitir parecer sobre as emendas, a proposta voltará

ao Plenário do Senado, para dois turnos de votação.

César Borges decidiu rejeitar emenda de Mercadante que suprimia o dispositivo por meio do qual se determinaria a discriminação de gastos por unidade da Federação. Ele argumenta que, como os municípios também seriam unidades da Federação, a obrigatoriedade de discriminação dos recursos levaria a um trabalho legislativo "hercúleo e irracional".

O relator optou, então, por uma subemenda que exclui os municípios. Segundo o texto, as dotações do Orçamento terão a programação de gastos detalhada no mínimo por estado e pelo Distrito Federal, "com o objetivo de reduzir as desigualdades inter-regionais".

Por meio de subemenda, César Borges acolheu outra sugestão de Mercadante, para estender as normas do orçamento impositivo aos estados e municípios. O relator recusou, por outro lado, emenda destinada a tornar progressiva a implantação do orçamento impositivo. Ele argumentou que artigo da proposta original já contempla o período de dois anos para que o novo modelo orçamentário entre em prática.

## Mão Santa critica carga de imposto pago pelo cidadão

Ao retomar as críticas, em discurso no Plenário, à alta carga de impostos que incide sobre a economia brasileira, o senador Mão Santa [(PMDB-PI) disse que "não faz sentido celebrar a independência e a democracia no contexto atual", referindo-se ao transcurso dos 20 anos da redemocratização do Brasil.

– Tiradentes morreu por causa dos impostos. Não adiantou nada. Se aquilo era derrama, o que é isso que estamos vivendo hoje? Essa luta toda foi para vivermos melhor, mas não vivemos. Para se ter independência, é preciso ter independência econômica, mas aí estão os impostos – protestou o senador.

Mão Santa mencionou uma série de produtos e informou quanto de seu preço corres-



**REPARO** Para Mão Santa, "não faz sentido celebrar independência e democracia no contexto atual"

ponde aos impostos. A carga tributária que incide sobre o sabão em pó, por exemplo, é de 42,27%. No caso da cachaça, esse percentual chega a 80%.

– Ninguém nunca foi com tanta sede aos tributos como o governo do PT. O brasileiro trabalha cinco meses por ano para pagar os impostos, e o governo não lhe devolve em segurança, saúde, educação – disse o senador piauiense.

Mão Santa afirmou ainda que o povo não suporta mais as elevadas tarifas públicas "que avançam sem piedade".

## José Jorge aponta aumento de gastos com servidores

José Jorge (PFL-PE) denunciou que os gastos do governo Lula com servidores públicos vão aumentar até o final deste ano em 30,8%, comparando-se com o dia da posse, o que representa despesa adicional de R\$ 23,1 bilhões. Ao mesmo tempo, lamentou, vêm caindo os investimentos em educação (-64%), em habitação (-55%), em segurança (-42%), em transportes (-35%) e em saneamento (-90%).

Desde que o PT chegou ao governo, salientou, o número de servidores subiu em 45 mil, dos quais 10 mil foram contratados sem concurso. Lembrou que Lula declarou recentemente que "os funcionários públicos" ganham muito mal", mas acabou enviando ao Congresso uma proposta que reajusta os salários em apenas 0,1%.

– Parece até maldade. Todo

mundo sabe o que representa um aumento de 1%, por que é fácil de calcular. Mas só professor de matemática sabe bem o que significa 0,1%, de tão pequeno que é um reajuste desses.

José Jorge afirmou ainda que os gastos de funcionamento do gabinete do presidente da República subiram 186% nos últimos dois anos, chegando a R\$ 287,5 milhões. As verbas para pagar passagens aéreas, diárias e locomoção dos servidores do gabinete do presidente da República cresceram 51,3%, a partir da posse de Lula, chegando a R\$ 17,1 milhões no ano passado.

José Jorge citou reportagem do jornal *O Globo* do último domingo, segundo a qual o PT tem 27,7% dos votos na Câmara dos Deputados, mas ocupa 64,9% dos cargos de primeiro



**DEFASAGEM** Segundo José Jorge, vêm caindo aplicações em setores essenciais, como educação e saúde

escalão da República.

– Por isso está difícil fazer a reforma ministerial.

O senador pediu ao Tribunal de Contas da União um exame aprofundado das contas da Presidência da República e solicitou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado que coloque na pauta projeto de sua autoria que proíba partidos políticos de fixarem contribuição obrigatória de seus filiados. Em aparte, ele recebeu apoio de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

# Senadores cobram ajuda federal para Alagoas

**Fato histórico:** Renan, Heloísa e Teotonio visitam juntos regiões castigadas pela estiagem

Pela primeira vez na história de Alagoas, os três senadores do estado, apesar de integrarem diferentes partidos, visitaram, durante aproximadamente oito horas, regiões que estão sofrendo os efeitos da seca que assola o Nordeste. Renan Calheiros (PMDB), Heloísa Helena (PSOL) e Teotonio Vilela Filho (PSDB) estiveram, no último sábado, nos municípios de Olivença, Carneiros, Senador Rui Palmeira e São José da Tapera, todos localizados no sertão alagoano, com o objetivo de cobrar do governo federal a liberação imediata de recursos para o combate da estiagem.

Antes mesmo de ser realizada, a visita dos senadores alagoanos já tinha apresentado resultados. Na sexta-feira, o ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, comunicou à presidente da Associação dos Municípios de Alagoas (AMA) e prefeita da cidade de Feliz



**UNIÃO** Teotonio e Heloísa (à esquerda) visitam Olivença em companhia de Renan (segundo da direita para a esquerda)

Deserto, Rosiana Beltrão, que o governo federal está publicando as portarias de reconhecimento dos decretos de situação de emergência expedidos por 272 prefeituras brasileiras, sendo 26 de Alagoas. Com esse aval da União, emitido pelo Ministério de Integração Nacional, as verbas destinadas a ajudar as localidades atingidas pela seca poderão ser liberadas de forma emergencial.

– A seca no Nordeste é di-

ferente da seca no Sul e no Sudeste. Nessas duas outras regiões, a falta de chuvas causa, sobretudo, problemas econômicos, como a quebra de safras. Aqui é muito pior. Quando a estiagem atinge o Nordeste, destroça o sistema produtivo local e retira as mínimas condições que as pessoas têm para sobreviver. Por esse motivo, a seca aqui é muito mais grave e a ajuda emergencial do governo tem que vir em primeiro lugar

– comparou Renan Calheiros.

## Prioridade

Para Heloísa Helena, o governo deveria dispensar ao Nordeste a mesma atenção que oferece aos banqueiros. Ela disse que enquanto a maior parte dos recursos do país é destinada ao pagamento e rolagem de dívidas, obras essenciais para minorar o sofrimento do sertanejo – como projetos de irrigação, recuperação de adutoras, revitalização de reservatórios

de água ou construção de barragens – são esquecidas.

– O dinheiro liberado servirá para que carros-pipas levem água para as famílias e que cestas básicas sejam distribuídas, mas as obras de infra-estrutura continuarão sem ser realizadas. Depois que as migalhas são gastas, as pessoas continuam vivendo sua situação de dor, de sofrimento e de desespero. Vamos pressionar para que o governo tenha sensibilidade e não olhe apenas para o curto prazo – afirmou Heloísa Helena.

Uma das obras de infra-estrutura que os alagoanos pleiteiam foi detalhada por Teotonio Vilela Filho: o Canal do Sertão. Essa é considerada uma das prioridades do estado. O canal, que retira água do rio São Francisco, começa em Delmiro Gouveia (AL) e vai até Arapiraca (AL), percorrendo 37 municípios do sertão de Alagoas. As águas, explicou o senador, serviriam para consumo humano e animal, irrigação e projetos de piscicultura.

– Este é um projeto fundamental para o desenvolvimento sustentável do sertão de Alagoas – explicou Teotonio Vilela Filho.

## "Açudes e rios secos, plantações perdidas"

O município de Olivença, distante 231 quilômetros de Maceió, em Alagoas, possui pouco mais de 10.600 habitantes. Desse total, apenas cerca de 2.100 recebem água encaçada tratada em suas casas. Com a seca, segundo o prefeito Jenó Oliveira, estão sendo gastos R\$ 50 mil para manter os três carros-pipas que procuram saciar a sede dos que não dispõem do serviço. Olivença foi a primeira cidade percorrida pelos senadores Teotonio Vilela Filho, Renan Calheiros e Heloísa Helena, que buscavam dar maior visibilidade e cobrar soluções emergenciais para os efeitos da seca que assola o estado que representam.

Mais de 200 pessoas, entre prefeitos, vereadores e outros políticos da região, além de populares e correligionários, ocuparam o Estádio Vereador Esdras Vilela, em Olivença, para receber o helicóptero que levou, de Maceió, os três senadores. Uma coletiva foi concedida para a imprensa

logo que os parlamentares deixaram a aeronave, quando eles contaram os objetivos da visita e descreveram o que viram no sobrevôo que fizeram sobre regiões do sertão mais atingidas pela seca.

– O que testemunhamos neste sobrevôo deixa muito clara a evidência da seca. Os açudes e os rios estão secos, plantações estão perdidas e a maioria dos poços artesanais não está funcionando. Mas o mais grave é que não há, até agora, nenhuma presença do governo federal em Alagoas. As obras estruturantes, as adutoras, estão todas paralisadas, e a ajuda de emergência não chegou – disse Teotonio.

Em Olivença, os senadores fizeram duas paradas. A primeira foi em um miniaçude completamente seco. A segunda, no Sítio Serrinha, onde o morador José Pedro da Silva contou que está faltando água tanto para o consumo animal quanto para o humano.

## Heloísa pede liberação imediata de recursos

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu ontem, em Plenário, a imediata liberação de recursos para combater a seca no Nordeste. Ela afirmou que não tem sentido o governo utilizar argumentos burocráticos para postergar a liberação das verbas destinadas às ações de emergência e à construção de infra-estrutura para os municípios nordestinos atingidos pela estiagem. Em um discurso emocionado, Heloísa Helena relatou a visita ao sertão alagoano.

Heloísa comentou que “a realidade de dor” do sertanejo não é uma situação desconhecida para a bancada de Alagoas. Destacou, porém, que essa viagem se traduziu em um ato simbólico de compromisso dos senadores com a população, visando discutir as alternativas possíveis para a região. A senadora disse ainda considerar que o atual governo não vem cumprido com suas obrigações, além de repetir o comportamento do governo anterior.

Para a senadora, no entanto, o fornecimento de água com os carros-pipas e a concessão de cestas básicas, embora essenciais, não resolvem o problema. Heloísa Helena lamentou que as comemorações pelos 20 anos de redemocratização do país encontrem uma democracia, em sua opinião, ainda empobrecida.

– Só há verdadeira democracia quando existe justiça social. No Brasil, até hoje ainda existe a ditadura do capital financeiro – afirmou a senadora.

## Suassuna apela por medidas efetivas contra a miséria

Ao informar que visitou nesse fim de semana as áreas afetadas pela seca na Paraíba, o líder do PMDB, Ney Suassuna (PB), voltou a apelar por medidas mais efetivas para livrar o povo nordestino da miséria. O senador, que apontou o papel fundamental dos parlamentares nordestinos nesse processo, disse que a região é inclemente, mas não pior que Israel.

Suassuna diferenciou a seca

que atinge o Sul da do Nordeste afirmando que a seca nordestina é agravada pela miséria secular.

No município de Souza, segundo o senador, os moradores depositavam suas esperanças em uma reunião que discutia o futuro do rio São Francisco, mas enfatizou que as pessoas clamam por soluções mais urgentes como carros-pipas e cestas básicas. Suassuna relatou



**PECULIARIDADE** Ney Suassuna lembra que seca no Nordeste é agravada pela miséria secular

que a situação na Paraíba é calamitosa e que as pessoas pedem ajuda na porta das igrejas.



**PRESSÃO** Dutra deverá responder a questões sobre prejuízos do fundo de pensão da empresa (Petros)

## Dutra explica situação econômica da Petrobras

O presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, comparece hoje, a partir das 10h, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para falar sobre a atual situação econômico-financeira da empresa. Ele deve abordar também as perspectivas de exploração e produção de novos poços de petróleo. O requerimento solicitando a realização da audiência pública é de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

A previsão é de que o depoimento de Dutra atraia a atenção dos parlamentares, já que na semana passada o Plenário do Senado foi palco de críticas à empresa, envolvendo prejuízos verificados no fundo de previdência da Petrobras (Petros), que podem chegar a R\$ 8,3 bilhões.

Valadares informou ser necessário que o presidente da Petrobras também esclareça os motivos dos atrasos verificados no reajuste dos preços no mercado interno da gasolina, óleo diesel e derivados, apesar do chamado choque do petróleo de 2004, que elevou o barril do produto para US\$ 50.

O endividamento total da empresa, que chegou a R\$ 55,4 bilhões, registrando uma queda de 13% em relação a 2003, também deverá ser analisado.

A CAE, presidida pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), também deverá votar, em decisão terminativa, projeto de autoria do então senador Carlos Wilson (PLS 81/02) que permite a dedução integral das despesas de educação na declaração anual do Imposto de Renda, bem como projeto do senador César Borges (PFL-BA), que renegocia as dívidas rurais dos pequenos e miniprodutores do semi-árido nordestino.

# Estatuto da Igualdade Racial pode ser votado

■ Comissão examina também garantia de vagas nas creches para portadores de deficiências

Para debater o Estatuto da Igualdade Racial e sete outros projetos de lei, a Comissão de Educação (CE) se reúne hoje, às 11h. A pauta inclui, ainda, 59 projetos de decreto legislativo dando permissão ou renovação de concessão para exploração de serviços de radiodifusão no Brasil inteiro, bem como projeto de resolução criando uma nova comissão permanente na Casa, a de Engenharia e Desenvolvimento Científico.

O Projeto de Lei do Senado 213/03, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), tem como objetivos combater a discriminação e as desigualdades raciais, bem como incluir a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado.

Pelo projeto, ficam criados



numerosos instrumentos de combate às desigualdades raciais, em especial o Fundo da Igualdade Racial. O estatuto prevê, também, a implantação de um sistema de cotas que reserva, aos afro-brasileiros, 20% dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e das vagas em universidades públicas e privadas.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos e, depois de acatada na CE, segue para a Comissão de Assuntos Sociais e, finalmente,

## Paim defende direitos básicos dos deficientes

A luta pelo fim do preconceito e da discriminação contra os portadores de deficiência física e mental foi o tema do discurso feito ontem pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar manifestou sua esperança na aprovação, ainda este ano, dos projetos de sua autoria que criam o Estatuto da Pessoa Deficiente e o Estatuto da Igualdade Racial.

Paim citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informando que há 24,5 milhões de deficientes no Brasil, dos quais 10,2 milhões são portadores de deficiências graves, como cegueira, surdez, paralisia e outras. Embora o Brasil conte com uma legislação ampla sobre esse tema, que é tratado na Constituição federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o senador insistiu na importância da aprovação do Estatuto da Pessoa Deficiente, cujo projeto

é relatado pelo senador Flávio Arns (PT-PR).

– O estatuto propõe avanços em direitos básicos como educação, saúde, emprego, transporte, habitação e previdência social, assegurando um salário mínimo a todo portador de deficiência – explicou Paim.

O representante do Rio Grande do Sul disse esperar ainda a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que será debatido hoje pela Comissão de Educação.

### Novela

Paulo Paim cumprimentou a autora Glória Perez pela novela *América*, que estreou ontem na Rede Globo de Televisão, e que abordará a deficiência física por meio de dois personagens cegos.

O parlamentar também lembrou a iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que definiu para a Campanha da Fraternidade de 2006 o tema “Fraternidade e

para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a quem caberá decisão terminativa, regime de tramitação que dispensa a aprovação em Plenário, caso não haja recurso de um décimo do número dos senadores (nove), no prazo de cinco dias úteis.

Na mesma reunião, a Comissão de Educação examinará o Projeto de Lei 9/02, que garante reserva de vagas nas creches ou entidades similares e pré-escolas públicas para as crianças portadoras de deficiência, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). A proposta tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara 30/02, de autoria do deputado Enio Bacci.

Em seu parecer, o senador Flávio Arns (PT-PR) seguiu a orientação da CCJ, que rejeitou o projeto de lei da Câmara e acatou o do Senado. Ele apresentou duas emendas fixando em 10% a percentagem de vagas para crianças deficientes e exigindo o atendimento dessas crianças por profissionais devidamente habilitados.



**EXEMPLOS** Paim elogia tema da Campanha da Fraternidade de 2006 e novela da Rede Globo

Pessoas com Deficiência”.

Paulo Paim saudou ainda a TV Senado pelos programas produzidos sobre deficientes físicos, e a direção do Senado Federal, nas pessoas do ex-presidente José Sarney, do atual presidente Renan Calheiros e do diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, que desenvolveu um programa de inclusão dos portadores de deficiência, com a publicação de várias obras em braille.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que Paulo Paim traduz os sonhos de fraternidade e igualdade do povo gaúcho.



**URGÊNCIA** Cristovam diz que, se excluídos não forem atendidos, a democracia correrá risco

## Cristovam apóia a proposta de creche gratuita

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) apoiou ontem a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 40/00), de autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que estende a educação gratuita, em caráter obrigatório, para crianças de zero a seis anos. O projeto consta na pauta de votações de amanhã.

Cristovam lembrou que o Brasil comemorava ontem 20 anos da redemocratização, e lamentou que somente agora seja levada a votação proposta assegurando o direito à educação gratuita a todas as crianças desde o nascimento.

– Nesse ritmo nós não vamos comemorar 40 anos de democracia. Se não atendermos às necessidades dos excluídos, eles perderão a esperança e destruirão a democracia – advertiu Cristovam.

O senador ponderou que, desde a redemocratização, as pressões por mudanças só vêm de grupos organizados, como sindicatos e outras associações.

Como exemplo, ele citou a reforma universitária, debatida por diversos grupos que representam professores e estudantes. Já os pobres e excluídos, não tendo organização, acabam não se beneficiando do processo democrático.

O parlamentar do PT admitiu que, no momento, não há recursos para implantar creches para todas as crianças. Mas explicou que o objetivo do projeto é reconhecer uma necessidade e transformá-la numa demanda, assegurando o direito de acesso a escolas públicas para as crianças da primeira idade. Ele disse acreditar que, a partir daí, as famílias mais pobres passarão a exigir que os governos cumpram a lei.



**EMPECILHO** Para Hélio Costa, norma sobre o combustível inviabiliza participação da agricultura familiar

## Costa critica a alíquota fixada para biodiesel

Ao analisar a medida provisória (MP) que trata da produção e comercialização de combustíveis obtidos a partir de óleos vegetais, o chamado biodiesel, aprovada semana passada pela Câmara, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) apontou como principal problema a alíquota cobrada, quase a mesma que incide sobre o diesel oriundo do petróleo.

– O diesel fóssil paga 13% de imposto, incluindo a Cide. Já o biodiesel vai pagar 11,37%, uma atividade que vai ativar a economia, gerar empregos. Fizeram um favor enorme, estudaram durante um ano e deram um abatimento de 1,63% – ironizou.

Outro problema identificado por Hélio Costa na MP 227/04 diz respeito à exigência de capital mínimo de R\$ 500 mil para empresários que pretendam se dedicar à produção do biodiesel. Ele salientou que a norma inviabilizará a participação de agricultores familiares.

– O produtor de biodiesel tem que ter um capital integralizado de R\$ 500 mil, que só se exige de bancos ou seguradoras – argumentou.

# Capiberibe aponta caminho para economia da Amazônia

■ Senador defende projetos que garantam desenvolvimento e preservação do meio ambiente

O senador João Capiberibe (PSB-AP) advertiu ontem que a Amazônia do futuro não pode ser apenas o resultado do avanço da fronteira agrícola, marcada pela monocultura da soja e pela pecuária. A seu ver, a região tem uma vocação econômica natural, a exploração dos recursos florestais disponíveis, tomando por base o desenvolvimento sustentável.

Ele sugeriu que o governo envie ao Congresso projeto de zoneamento para que culturas como a soja possam se implantar em áreas já abertas e com baixos índices de atividade econômica, resguardando o restante do território para



**EQUIVOCO** João Capiberibe adverte que a vocação da área não está na cultura da soja nem na pecuária

projetos que garantam o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente.

– Um hectare de floresta em pé é mais eficaz do ponto de vista econômico que qualquer outra atividade produtiva.

Segundo Capiberibe, que acaba de participar de um seminário em Portugal, onde proferiu palestra sobre desenvolvimento sustentável,

## Mozarildo sugere atividade produtiva para os indígenas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a defender o aperfeiçoamento das políticas públicas para os povos indígenas. Em vez de isolá-los em reservas, o parlamentar considera mais interessante "o governo incentivar práticas produtivas que levem tecnologia ao modo de vida indígena".

Como exemplo, citou o êxito de parceria entre a Associação dos Arrozeiros de Roraima e a comunidade Macuxi do Contão, no norte do estado, envolvendo o plantio de 110 hectares de arroz.

Soluções como essa levaram Mozarildo a criticar a adoção de uma política uniforme de conservação e desenvolvimento da região amazônica. Conforme observou, um terço do território do seu estado é formado por campos naturais, sem floresta e com menos árvores que o cerrado. "A Amazônia não é só uma grande floresta tropical", observou.

Mozarildo também comentou matéria do jornal *Folha de Boa Vista* sobre a morte de crianças indígenas em Roraima. Ele fez críticas à assistência

empresários de outros países já começam a manifestar interesse em investir na Amazônia. O Brasil, conforme explicou, desenvolveu tecnologias de manejos de florestas complexas, passo fundamental para a afirmação de uma indústria madeireira forte, com os seus subprodutos como resinas, essências e cipós.

Ainda este ano, provavelmente no mês de julho, de acordo com Capiberibe, a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, juntamente com entidade congênere de Portugal, deverá promover no Amapá seminário sobre as possibilidades do desenvolvimento sustentado na Amazônia. Capiberibe lembra que o Amapá se coloca como porta privilegiada para o turismo na região, tendo em vista a sua proximidade com a Guiana Francesa, que recebe com frequência vôos da Europa a custos reduzidos.



**RESTRIÇÃO** Mozarildo Cavalcanti critica a atual política de isolamento dos povos indígenas em reservas

prestada às comunidades pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e acusou o governo federal de privilegiar com recursos organizações não-governamentais (ONGs).



**TRUNFO** Valmir Amaral lembra que país tem uma natureza privilegiada para atrair visitantes

## Brasil precisa investir em turismo, diz Valmir Amaral

O Dia Nacional do Turismo, comemorado em 2 de março, foi destacado, em discurso no Plenário, pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF), que ressaltou a evolução da atividade. Segundo o parlamentar, o turismo é um "meganegócio" que responde por mais de 10% do produto interno bruto (PIB) mundial e gera acima de 200 milhões de empregos.

O senador observou que o Brasil tem uma natureza privilegiada e não pode ser um ponto marginal no fluxo turístico mundial. "Devemos nos tornar pólo preferencial de destino dos estrangeiros, mas devemos incrementar o movimento interno de turismo", recomendou.

Valdir Amaral disse ainda que, além da formulação de metas, é necessário trabalhar nos meios para concretizá-las, e sugeriu que ao Estado cabe fornecer a infra-estrutura necessária ao turismo, como estradas, saneamento e urbanização, e ao empresariado, a criação dos sistemas de acolhimento dos turistas, como hotéis e mão-de-obra para atender os visitantes.



**VANTAGEM** Serys Shlessarenko diz que Pronaf Mulher visa à geração de uma segunda renda

## Serys destaca campanha sobre crédito para as mulheres

Serys Shlessarenko (PT-MT) registrou o lançamento da campanha Crédito para Igualdade das Mulheres, anunciada pelo presidente Lula no assentamento de Milagre, em Apodi (RN). O objetivo, explicou a senadora, é divulgar as linhas de crédito para o público feminino, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Serys informou que o Pronaf Mulher tem a finalidade de gerar uma segunda renda e é voltado para agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras, meeiras, pescadoras artesanais, extrativistas e quebradeiras de coco que possuam renda anual bruta entre R\$ 2 mil e R\$ 60 mil.

– O crédito é concedido independentemente de o marido

ou companheiro ter tido acesso aos financiamentos tradicionais de custeio ou do próprio programa. O dinheiro poderá ser usado na compra de equipamentos, na montagem de agroindústrias e em atividades artesanais.

A senadora destacou também o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, lançado em dezembro pela secretária

especial Nilcéia Freire.

Serys ressaltou ainda a importância da medida provisória (PEC 227/04) que trata da produção e comercialização de combustíveis obtidos a partir de óleos vegetais, o chamado biodiesel.

– O uso do biodiesel possibilitará ao Brasil uma economia anual de aproximadamente US\$ 160 milhões.